



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG PROCURADORIA-GERAL

EXMO. SR. DR. CONSELHEIRO MAURI TORRES DA 1ª CÂMARA DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO N.: 1095355

DENUNCIADA: Município de Montes Claros e outros

DENUNCIANTE: Pró-Ambiental Tecnologia Ltda.

DULCE PIMENTA GONÇALVES e **MARCOS AFONSO RIBEIRO NOBRE**, devidamente representados e qualificados nos autos do processo epigrafado, pelo procurador subscritor, vem respeitosamente, perante esse Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, apresentar DEFESA, aduzindo como fundamentos de fato e de direito o seguinte.

1 DOS FATOS

O Eg. TCE/MG citou os defendentes para, querendo, apresentar defesa e documentos que julgar pertinentes acerca das supostas irregularidades apontadas no processo nº 1095355.

A Denúncia nº 1095355 foi apresentada pela sociedade empresária PRÓ-AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA, que alega ter havido irregularidades no Processo Licitatório nº 377/2020 e do Pregão Eletrônico nº 151/2020, destinado à *“contratação de sociedade empresária ou unipessoal especializada na prestação de serviços de coleta, transporte e tratamento por destruição térmica (incineração) e destinação final de resíduos contaminantes químicos e biológicos para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município (...)”*.

Segundo afirma a denunciante, o Processo Licitatório nº 377/2020 - Pregão Eletrônico nº 151/2020 teria sido, supostamente, direcionado para a empresa SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG LTDA, motivo pelo qual pede: a *“imediata sustação de quaisquer procedimentos destinados à assinatura do contrato administrativo no âmbito do Processo Licitatório nº 377/2020 - Pregão Eletrônico nº 151/2020, com a suspensão do referido processo administrativo até que a decisão final de mérito a ser proferida pelo Tribunal de Contas”*.

Ocorre que, em verdade, a denunciante não preencheu todos os requisitos elencados no Edital para assinatura do contrato com o município e, em decorrência disso, questiona de forma infundada a idoneidade do certame, conforme se passa a demonstrar.

2 DA IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA

A empresa denunciante aduz que haveria ilegalidade no item 8.1.4 do Edital do Processo Licitatório nº 377/2020 - Pregão Eletrônico nº 151/2020, que

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG

PROCURADORIA-GERAL

estabelece a obrigatoriedade da empresa licitante apresentar comprovante de unidade de tratamento licenciada no Município de Montes Claros/MG.

Conforme exposto à exaustão nos próprios autos do certame, referido requisito é imprescindível para que seja resguardada a isenção de responsabilidade do município por eventuais danos ambientais causados pela empresa licitante no transporte, tratamento e destinação final dos resíduos a serem coletados.

Isso porque, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 358 de 29 de abril de 2005, estabelece a responsabilidade solidária, inclusive do ente e respectivo gestor, pela degradação ambiental decorrente de inadequado tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde:

Res. nº 358 do CONAMA

Art. 3º Cabe aos geradores de resíduos de serviço de saúde e ao responsável legal, referidos no art. 1º desta Resolução, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e saúde ocupacional, sem prejuízo de responsabilização solidária de todos aqueles, pessoas físicas e jurídicas que, direta ou indiretamente, causem ou possam causar degradação ambiental, em especial os transportadores e operadores das instalações de tratamento e disposição final, nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Desta forma, a ausência do referido requisito exporia o município e a gestão ao risco de responsabilização por eventual destinação inadequada dos resíduos a serem coletados pela empresa licitante.

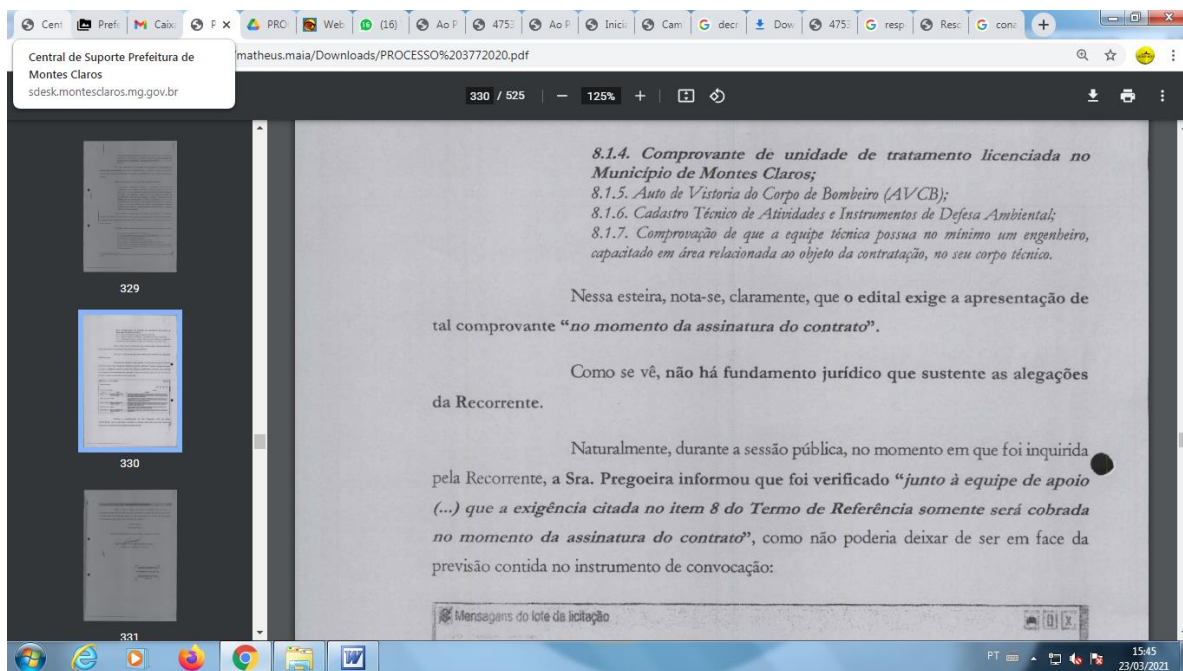
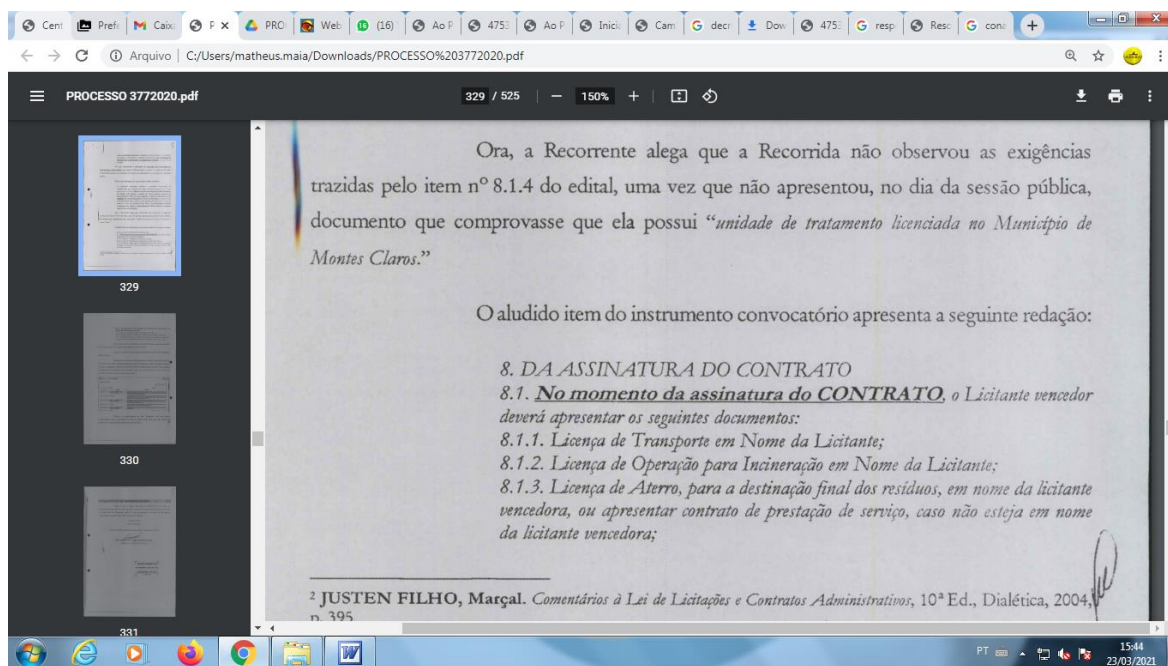
Por certo, o requisito da unidade de tratamento licenciada no município atende ao melhor interesse público para que o município tenha condições de fiscalizar efetivamente se o transporte, tratamento e destinação dos resíduos coletados estarão sendo realizados em observância das normas ambientais de regência, resguardando a si e ao próprio meio ambiente, de eventuais danos.

Ora, eventual autorização no sentido de que a empresa vencedora não necessitaria ter unidade de tratamento licenciada em Montes Claros/MG, atrairia para o município a responsabilidade e o ônus, inclusive orçamentário, da fiscalização do transporte e destinação final dos resíduos em locais extremamente distantes, como é o caso da empresa denunciante, **malferindo o interesse público e prestigiando o interesse particular da empresa licitante.**

Além disso, chama-se atenção para a má-fé da empresa denunciante que, além de não ter impugnado o Edital no tempo e modo previstos na lei, manifestou expressa ciência e anuência com o requisito que agora impugna,

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG PROCURADORIA-GERAL

conforme se depreende das contrarrazões apresentadas às fls. 177/179 dos autos do processo em questão:



Nesse sentido, a própria denunciante firmou Declaração de Pleno Atendimento às exigências contidas no Edital que ora impugna, corroborando que anuiu expressamente com as condições editalícias.

Ademais, verifica-se da planilha de preço médio referente aos serviços objeto da contratação, que o referido valor médio condizente com as



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG

PROCURADORIA-GERAL

especificidades da demanda do município, ficaria em R\$ 7,2933 por unidade de Kg dos resíduos a serem descartados. Por sua vez, o preço contratado foi de R\$ 6,07 por unidade de Kg e, portanto, substancialmente menor que o preço médio do serviço.

Além disso, corroborando a higidez do processo licitatório em questão, a empresa vencedora do certame declarou prestar, atualmente, serviços para diversos municípios e entidades públicas como Município de Belo Horizonte/MG, Rede Fhemig de hospitais, sistema Hemominas, sistema prisional estadual, Universidade Estadual de Montes Claros/MG, Polícia Militar de Minas Gerais, conforme termo anexo.

Sendo assim, considerando-se: _1) que o requisito nº 8.1.4 do Edital do Processo Licitatório nº 377/2020 - Pregão Eletrônico nº 151/2020 se faz indispensável para que município tenha condições de fiscalizar efetivamente se o transporte, tratamento e destinação dos resíduos coletados estarão sendo realizados em observância das normas ambientais de regência, resguardando a gestão e o próprio meio ambiente de eventuais danos; _2) que a ausência do referido requisito malferiria o interesse público e prestigiaria os interesses particulares da empresa denunciante, invertendo toda a lógica do procedimento licitatório; _3) que a empresa denunciante manifestou expressamente ciência, anuência e pleno atendimento do referido requisito através das contrarrazões de fls. 177/179 dos autos e declaração de pleno atendimento já colacionadas no processo em questão, reitera que inexistente qualquer ilegalidade no certame objeto da denúncia.

3 DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer sejam acolhidos os argumentos defensivos, reconhecendo-se a lisura do procedimento licitatório, e, por conseguinte, rejeitando-se a denúncia.

Por fim requer seja a denunciante condenada em litigância de má-fé, ante a manifesta temeridade e pleno conhecimento atinente a ausência de ilicitude do certame.

Nestes termos pede deferimento.
Montes Claros, 01 de outubro de 2021.

Otávio Batista Rocha Machado
Procurador-Geral do Município de Montes Claros
OAB/MG 89.836